

Canal Energia – 27/04/2010

Instituto Acende Brasil prepara lista de propostas sociambientais para governo

http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Meio_Ambiente.asp?id=77311

Danilo Oliveira

Instituto sugere abatimento de custos imprevistos na CFHUR, que arrecada R\$ 1,8 bilhão por ano. Contribuições serão enviadas ao Congresso, MPF, MME e Aneel

O Instituto Acende Brasil encaminhará ao Ministério de Minas e Energia e outros órgãos uma série de propostas sobre problemas de infraestrutura e de remanejamento das populações de empreendimentos de energia. O objetivo é apresentar alternativas de conciliação da geração com interesses de comunidades locais. "As questões socioambientais são alvos frequentes de grupos de pressão de toda natureza e nem sempre a discussão é a mais produtiva para o país", analisa o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. As sugestões também serão levadas à Agência Nacional de Energia Elétrica, ao Ministério Público Federal, ao Congresso e órgãos ambientais.

Uma das propostas pede a possibilidade de abatimento de determinados custos imprevistos no orçamento das obras na Compensação Financeira por Utilização de Recursos Hídricos (CFHUR). A legislação estabelece que 6,75% da receita da usina seja destinada à contribuição financeira. Atualmente, segundo Sales, as hidrelétricas pagam em torno de R\$ 1,8 bilhão por ano de contribuição. A UHE Belo Monte (PA, 11.233 MW), por exemplo, garantirá cerca de R\$ 160 milhões anuais a título de CFHUR.

"Se depois da outorga e a licença vier um custo imprevisto que possa ser abatido via CFHUR, isso teria efeito benéfico muito grande e reduziria o risco na origem", explicou Sales, durante o evento "O homem, a usina e o poder público", promovido pelo Instituto Acende Brasil e que ocorreu nesta terça-feira, 27 de abril, no Rio de Janeiro.

Outra sugestão prevê que que prefeitos e governadores apresentem anualmente um plano de destinação dos recursos. A legislação atual estabelece a divisão de 40% para os municípios atingidos, 40% para os estados e os 20% restantes para a União. Além disso, a lei impede que esse recurso seja destinado a dívidas e folha de pagamento. "Se não existe plano, a sociedade não cobra", enfatizou.

Um estudo recente do Instituto Acende Brasil, em parceria com a PriceWaterhouse Coopers, sobre carga tributária em toda cadeia do setor elétrico, mostra que os percentuais que se tem pago de CFURH nos últimos anos: 0,86%, em 1999 e 2002; 1,02%, em 2003; 1,0%, em 2004; 2,27%, em 2005; 93% - 2006; 1,25% - 2007; 1,40% - 2008. Além da CFHUR, as condicionantes representam, em média, 14,5% do orçamento da usina, segundo Sales.

O instituto também sugere a criação de mecanismos legais de atualização de cadastros de famílias. Além disso, outra proposta apoiada pelos debatedores no evento pede a definição prévia dos critérios socioeconômicos para indenização das famílias. O diretor Superintendente do Consórcio Baesa - Energética Barra Grande, Carlos Alberto Miranda, lembra que 2,2 mil famílias se inscreveram pedindo ressarcimentos pela usina, sendo que 535 famílias foram beneficiadas, sendo apenas 79 moradoras na área da usina. "Teve gente que ganhou benefício sem merecer. Mas nenhuma família que merecia deixou de ganhar", ressaltou.